

# A nação importa? Sociologia pública global, cosmopolitismo e sociologia brasileira

## Nation matters? Global public sociology, cosmopolitanism and Brazilian sociology

FERNANDO PERLATTO<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo busca contribuir para a discussão sobre sociologia pública global, cosmopolitismo e sociologia brasileira, analisando como alguns autores brasileiros, sob a influência da crítica pós-colonial, levantam questões que colaboram para a reflexão sobre as relações entre sociologias nacionais, sobretudo aquelas produzidas em países “periféricos”, e a sociologia global. Em seguida, dialogando com as formulações de Craig Calhoun sobre a idéia de “cosmopolitismo”, procuraremos destacar algumas possibilidades de reflexão sobre essa articulação entre sociologia cosmopolita e sociologia nacional.

**Palavras-chave:** Sociologia Pública Global; Cosmopolitismo; Sociologia brasileira.

### Abstract

This paper aims contributing for the debate on Global Public Sociology, cosmopolitanism and Brazilian Sociology, analyzing how some Brazilian authors, under the influence of post-colonial criticism, raise issues that contribute for a reflection about the relationship between national sociologies, especially those produced in “peripheral” countries, and global Sociology. Then, dialoguing with Craig Calhoun’s

---

<sup>1</sup> Fernando Perlatto é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), Pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CE-DES-PUC/RJ) e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. E-mail: fperlatto@yahoo.com.br

formulations about the idea of “cosmopolitanism”, we will try to highlight some possibilities of reflection on the connections between cosmopolitanism Sociology and national Sociology.

**Key-Words:** Global Public Sociology; Cosmopolitanism; Brazilian Sociology.

Em texto publicado na *Global Dialogue*, na qual sistematiza as idéias expostas na conferência que proferiu quando assumiu a presidência da *International Sociological Association* (ISA), o importante sociólogo americano Michael Burawoy (2010) fez uma defesa daquilo que intitulou como *sociologia pública global*.<sup>2</sup> Segundo ele, as sociologias nacionais não dariam mais conta de responder aos diversos desafios colocados no mundo contemporâneo, tanto como decorrência do avanço das forças do mercado, quanto da regulação estatal, sendo necessária, portanto, uma maior conexão entre as sociologias dos diferentes países, inclusive com uma ampliação da participação das sociologias “periféricas”. Ancorada sobre determinados pilares, que ele denomina três “M” – meios eletrônicos, membros e mensagem –, a *sociologia pública global* deveria ser capaz de contribuir para a ampliação da articulação entre diversos sociólogos e institutos produtores de sociologia pública espalhados pelo mundo, e que estivessem diretamente envolvidos com as lutas da sociedade civil em âmbito internacional.

A defesa de uma *sociologia pública global* formulada por Burawoy – que, assim como aquela feita a favor de uma *sociologia pública* vem suscitando debates de grande relevância<sup>3</sup> – estabelece um diálogo direto com a proposta de uma *sociologia cosmopolita* elaborada por

---

2 O chamado de Burawoy a favor de uma *sociologia pública global* é uma continuidade da sua proposta a em defesa daquilo que denominou como *sociologia pública*. Atuando como presidente da *American Sociological Association* (ASA), entre os anos de 2006 e 2009, Burawoy percorreu diversas regiões do mundo defendendo a “sociologia pública”, perspectiva esta que encara a disciplina não apenas enquanto uma ciência acadêmica, “mas também como moral e como força política”. A “sociologia pública” seria aquela capaz de intervir na disputa política da sociedade, engajada com os segmentos subalternos, “tornando o invisível em visível, o privado em público”. Sem abandonar o rigor acadêmico, esta sociologia deveria, em tempos de “tirania do mercado” e de “despotismo do Estado”, se mostrar capaz de assumir a defesa dos “interesses da humanidade” do ponto de vista da *sociedade civil* (Burawoy, 2004). Diversas polêmicas surgiram a partir das propostas em torno da sociologia pública formuladas por Burawoy, dentre as quais destaco Clawson (2007) e Jeffries (2009).

3 Estes debates têm ocorrido principalmente na *Global Dialogue*, Newsletter criada pela *International Sociological Association* (ISA) com o intuito de difundir o debate sociológico em âmbito mundial. Ver: Raewyn Connell (2010), Helma Lutz (2011), Sujata Patel (2011) e Eric Olin Wright (2011).

Ulrich Beck (2006), quando de sua discussão sobre a expansão da reflexividade na modernidade. Em texto recente, Beck (2010) volta a defender o seu cosmopolitismo epistemológico e metodológico destacando que mais do que uma perspectiva *adicional* à sociologia centrada no Estado Nacional – como lhe parece ser a idéia de sociologia pública global proposta por Burawoy –, um programa com este escopo deveria implicar em *um giro cosmopolita crítico na teoria sociológica e na investigação*, superando o *nacionalismo metodológico* hegemônico na sociologia, que equipara equivocadamente a sociedade moderna com a sociedade organizada em Estados-nação limitados territorialmente, com a perigosa generalização de situações locais para o plano global. Em um período marcado por aquilo que denomina como “Cosmopolitização (Reflexiva)” far-se-ia necessária uma reestruturação da sociologia não apenas conceitualmente, teoricamente e metodologicamente, mas na própria organização da investigação, no sentido de uma melhor compreensão das novas linhas de conflitos, atores e instituições da época cosmopolita.<sup>4</sup>

A defesa de uma sociologia global ou cosmopolita tem ganhado novo escopo e legitimidade como decorrência óbvia do avanço da globalização e daquilo que alguns autores chamam como “fim das fronteiras”, a partir da segunda metade do século XX. Conforme destacado por Renato Ortiz (2008), relacionado a este processo, conceitos como “identidade nacional”, “partidos”, “história nacional”, “modernização”, formulados em um contexto no qual a idéia da nação conferia unidade integradora aos processos sociais, têm ficado comprometidos para a análise das sociedades contemporâneas, donde se explicaria uma revisão conceitual recente que faz aparecer categorias como “desterritorialização”, “mundialização” e “desencaixe”. De acordo com o autor, o alargamento da sociedade global e o surgimento de um novo “lugar” – o mundo – definem uma situação na qual se torna imperativa a superação dos contextos “regionalizados” para a análise dos processos sociais, promovendo um rearranjo das formas pelas quais as ciências sociais se desenvolveram até os dias atuais.

---

4 Para uma discussão mais sistemática deste ponto, ver: Beck e Grande (2010). Para um mapeamento do debate entre *nacionalismo metodológico* e *cosmopolitismo* na teoria sociológica, ver: Chernilo (2010).

As propostas de *sociologia pública global* e *sociologia cosmopolita*, sistematizadas por Burawoy e Beck, evidenciam a atualidade e a necessidade da ampliação de debates que busquem apontar as potencialidades e os perigos para as sociologias nacionais frente às promessas contidas nessas idéias de integração sociológica. Desde já importa destacar que ao mesmo tempo em que seria equivocado não perceber como estas proposições podem contribuir para reforçar “colonialismos” teóricos e metodológicos sobre a produção das sociologias “periféricas”, também seria errôneo advogar *a priori* a defesa de um suposto nacionalismo sociológico em contraposição a este cosmopolitismo. O presente artigo busca contribuir para essa discussão, analisando como alguns autores brasileiros vêm levantando questões que colaboram para uma melhor reflexão sobre as relações entre sociologias nacionais, sobretudo aquelas produzidas em países “periféricos”, e a sociologia global. Tomando como exemplo as formulações de Sergio Costa, Sergio Tavolaro e João Marcelo Ehlert Maia, discutiremos como esses autores têm buscado, a partir de um diálogo com aquilo que se convencionou chamar crítica pós-colonial, sugerir caminhos para uma articulação mais bem compreendida entre a sociologia brasileira e aquela produzida em âmbito internacional.

Não pretendemos realizar uma análise detalhada das discussões levantadas por cada um desses autores, nem é nosso objetivo reduzir a busca dessa articulação entre sociologia brasileira e sociologia global a este grupo de sociólogos.<sup>5</sup> Nosso intuito é tão somente demonstrar como esses autores vêm procurando alternativas, que parecem abrir caminhos interessantes, para, a partir das conexões com a teoria pós-colonial, formular propostas para pensar as relações entre a sociologia global e as sociologias nacionais, especialmente a brasileira. Em seguida, partindo de um diálogo com as formulações de Craig Calhoun sobre a idéia de *cosmopolitismo*, destacaremos algumas possibilidades no

---

5 Outros sociólogos brasileiros vêm buscando refletir sobre a relação entre a sociologia brasileira e a sociologia global. Entre eles, podemos destacar José Maurício Domingues (2009) e Jessé Souza (2000), com suas reflexões sobre a modernidade e Renato Ortiz (2000), com suas formulações sobre a mundialização da cultura.

sentido do enfrentamento dessa articulação que, sem abandonar uma perspectiva global, chame a atenção para a importância da nação, sobretudo quando se pensa em uma perspectiva normativa de construção de uma sociologia preocupada com a problematização de questões públicas na contemporaneidade.

### **Teoria social nacional, cosmopolitismo e pós-colonialismo**

Conforme destacado por José Maurício Domingues (2007), as décadas de 1950 e 1960 testemunharam o desenvolvimento de uma sociologia “pujante, teoricamente interessante e publicamente relevante” na América Latina, processo este que ocorreu *pari passu* àquele verificado na Europa e nos Estados Unidos. A Teoria da Dependência, sobretudo na formulação mais sistematizada de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1973), pode ser tomada como paradigmática desse momento em que se buscou colocar a sociologia latino-americana em um diálogo “de iguais” com a sociologia européia. Nas últimas décadas, muito em decorrência dos impactos das ditaduras militares que assolaram o continente nos anos 1960 e 1970, somados ao viço da importação da teoria de outros países e ao viés antiteórico oriundo da hegemonia da empiria absoluta que varreu o continente, houve um enfraquecimento deste diálogo e a sociologia brasileira, assim como muitas daquelas produzidas em países “periféricos”, passaram a sofrer com o inegável processo de “colonização” metodológica e teórica por parte da Europa e dos Estados Unidos.

No intuito de problematizar esta relação desigual entre a sociologia brasileira e a sociologia global, alguns sociólogos brasileiros – como Sergio Costa, Sergio Tavolaro e João Marcelo Ehlert Maia – têm buscado estabelecer um diálogo com os autores dos estudos pós-coloniais, que formularam nas últimas décadas críticas contundentes a este processo, construindo alternativas para pensar a relação entre cosmopolitismo e nacionalismo na produção sociológica. Sergio Costa, por exemplo, em seu livro *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo* (2006), mobiliza *duas concepções de cosmopolitismo* muito influentes no debate contemporâneo – aquela formulada por Jürgen Habermas, tendo como base a idéia de “constelação pós-nacio-

nal”, e a teoria da “modernização reflexiva” de Ulrich Beck e Anthony Giddens –, no sentido de contrapô-las às formulações pós-coloniais, apontando suas limitações. De acordo com o autor, estas concepções cosmopolitas, apesar de ancoradas em supostos democráticos, acabam por reproduzir, de maneira irrefletida, premissas que constituem o núcleo metodológico da teoria da modernização, na medida em que estão ancoradas na compreensão de que *o moderno* associa-se ao padrão europeu.

Partindo do diagnóstico de Habermas – formulado tanto em análises de conjuntura, quanto em textos mais “teóricos”, como *A constelação pós-nacional* –, segundo o qual seria necessário uma “sociedade mundial de cidadãos” e a consolidação em âmbito europeu de “equivalentes funcionais” das estruturas existentes nos contextos democráticos nacionais para promover a integração social e política nesta conjuntura “pós-nacional”, Costa busca demonstrar o quanto estas estruturas cosmopolitas, ancoradas em direitos humanos pretensamente universalistas, poderiam contribuir para legitimar a consolidação de mecanismos de poder e formas de dominação dos países europeus sobre as demais nações. De forma semelhante, ainda que em outra chave de leitura, a visão cosmopolita desenhada por Ulrich Beck e Anthony Giddens – que, de certa maneira, foi sistematizada na obra *Modernização reflexiva. Política, tradição e estética na ordem social moderna* – se basearia, igualmente, num modelo de reflexividade centrado nos sujeitos e instituições de sociedades européias, que, com o avanço da globalização se expandiria do “centro” para os demais países.

De acordo com Costa, os estudos pós-coloniais – representados, entre outros, por autores como Homi Bhabha, Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak, Stuart Hall e Paul Gilroy –, embora não possuam uma matriz teórica única, forneceriam caminhos interessantes para o questionamento das propostas de cosmopolitismo produzidas *a partir* da Europa e dos Estados Unidos, cujas perspectivas acabavam por reforçar uma dominação metodológica, conceitual e epistemológica, consolidando *essencialismos* característicos da imaginação sociológica moderna. Segundo o autor, estas teorias vêm buscando superar as interpretações sobre a modernidade, bem como compreensões sobre a

política, o Estado-Nação e o sujeito modernos, formuladas no mundo europeu, mas que acabaram por ser generalizadas e naturalizadas por todas as sociologias mundiais. Em artigo recente, intitulado “Teoria por Adição”, em alusão ao ensaio clássico “Nacional por subtração”, do crítico literário Robert Schwarz, Costa (2010) aponta para a necessidade de a teoria sociológica brasileira caminhar na direção aberta pelas teorias pós-coloniais, as quais, “desprovincializando” a sociologia, lograram sucesso em participar de forma autônoma das discussões nucleares da disciplina transcendendo as categorias formuladas no mundo europeu.

Sergio Tavolaro também tem se destacado como outro sociólogo brasileiro que vem buscando, a partir do diálogo com a crítica pós-colonial, apontar as limitações de uma sociologia que se coloca como cosmopolita, mas que acaba por estabelecer a Europa e suas instituições como modelos paradigmáticos do que seja a modernidade. Em artigo intitulado “Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro”, o autor dialoga com autores clássicos e contemporâneos do pensamento social brasileiro, procurando demonstrar as limitações de seus diagnósticos, que apontam a modernidade brasileira como algo *singular* quando comparada à modernidade européia. De acordo com Tavolaro, esta forma de leitura da modernidade brasileira – sustentada por uma perspectiva segundo a qual sempre nos *faltariam* elementos modernos encontrados no mundo europeu –, exemplificadas pelas interpretações da nossa modernidade elaboradas pela *sociologia da dependência* e pela *sociologia da herança patriarcal-patrimonial*, não logram sucesso nem em problematizar o essencialismo do que seja o *moderno* – tal qual realizado pelos autores do pós-colonialismo –, nem em perceber a modernidade no Brasil – como um “*tipo de sociabilidade multifacetada*”, que deve ser compreendida a partir de seus próprios elementos (Tavolaro, 2005).

Em outro artigo, Tavolaro & Tavolaro (2010) criticam os autores identificados com o que denominam de *tese da excepcionalidade brasileira*. De acordo com estes autores, a cidadania no país teria sido sempre caracterizada pelo *desvio*, sobretudo quando comparada com o modelo paradigmático descrito por T. S. Marshall em *Cidadania*,

*classe social e status*, do percurso para a construção dos direitos civis, políticos e sociais. A partir desta perspectiva, o Brasil se configuraria como uma *singularidade societal* por ter desenvolvido um caminho visto como patológico para a resolução das questões centrais da modernidade – *diferenciação social*, a *secularização societal* e a *separação público-privado* – quando comparado ao “núcleo da modernidade”, representado pelos “países modernos centrais”. Dialogando com o “campo discursivo da condição pós-colonial”, Tavolaro & Tavolaro criticam os autores identificados com a tese da excepcionalidade brasileira, procurando demonstrar que além do processo de construção histórica e epistemológica da “modernidade europeia” ter sido marcado por *descontinuidades*, não podendo, por conseguinte, fornecer um padrão *par excellence* do que seja a modernidade, os cenários tradicionalmente tidos como “marginais” ou “periféricos” também desempenharam papéis significativos na construção da própria experiência da modernidade.

João Marcelo Ehlert Maia também vem contribuindo para a discussão acerca das relações entre a sociologia brasileira e aquelas formuladas em âmbito internacional, sugerindo uma conexão muito profícua com as teorias pós-coloniais. Para tanto, o autor demonstrando de que forma os autores do pensamento social brasileiro podem “falar não apenas do Brasil, mas também sobre dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão” (Maia, 2009:156). Dessa forma, é possível ler estes autores e suas obras não apenas como “fontes” para se conhecer o Brasil, mas como formuladores de *diferentes* modos de cognição do mundo social produzidos em uma geografia alternativa àquela do mundo europeu. Mais do que saber o que os pensadores sociais periféricos disseram em suas obras, Maia se preocupa em compreender como muitos deles produziram um discurso caracterizado por um mal-estar diante da modernidade, que, por um lado, permite um exame mais abrangente sobre a experiência de processos de modernização que seguiram trilhas diferenciadas daquelas adotadas nos países europeus, e, por outro lado, possibilita apontar para as possibilidades críticas de pensar *a partir* desses territórios.

O objetivo central de Maia é, portanto, buscar pontes de diálogo entre as discussões levantadas por autores do pensamento social brasileiro e aqueles teóricos da crítica pós-colonial, com o intuito de demonstrar como em ambos os casos são formuladas questões que abrem novas possibilidades de reflexão sobre questões da modernidade que não *apenas* destes países, mas que podem ser lidas em uma perspectiva global, embora elaboradas a partir de um *outro* lugar. Discussões formuladas por autores do pensamento social brasileiro vinculadas, por exemplo, à relação entre Estado e sociedade, não diriam respeito somente ao Brasil, mas o transcenderiam, possibilitando uma articulação com alguns resultados teóricos da crítica pós-colonial e ampliando as possibilidades para se pensar o debate sobre Estado e sociedade em uma perspectiva mais ampla do que aquela tomada como paradigmática, elaborada nos países europeus, mas que têm pouca coisa a dizer sobre a experiência da modernização dos países periféricos.

O que podemos desprender da breve análise realizada sobre esses autores é que tem havido um esforço por parte de sociólogos brasileiros no sentido de se pensar alternativas para o diálogo entre a sociologia nacional e aquela formulada em âmbito internacional, que não impliquem em uma submissão da “periferia” às elaborações teóricas feitas no “centro”. Pensar o nacional, portanto, pode ser também pensar de forma cosmopolita. Trata-se, em suma, do estabelecimento do diálogo com a crítica pós-colonial no sentido de quebrar as formulações essencialistas tanto do mundo europeu – rompendo com a idéia de uma modernidade encarada como um modelo sem contradições e paradigmático do *dever ser* –, quanto dos mundos “periféricos” que, se por um lado, deixam de ser visto como um bloco homogêneo, por outro, passam a ser interpretados como constituídos por experiências *diferentes*, não mais marcadas pela *ausência, inautenticidade e falta*, mas como percursos diferenciados que devem ser compreendidos a partir de suas lógicas próprias e como constituintes da experiência moderna.

## Cosmopolitismo e nação

Finda esta breve análise do diálogo que os sociólogos brasileiros vêm estabelecendo com a teoria pós-colonial para problematizar os pressupostos universalistas ventilados pela sociologia europeia e, mais recentemente, pela americana, convém discutir com um pouco mais vagar a própria idéia de *cosmopolitismo*, até mesmo para que possamos questionar tanto o “colonialismo” muitas vezes intrínseco a propostas relacionadas à sociologia cosmopolita, quanto o essencialismo que permeia algumas das formulações daqueles que pretendem criticar este colonialismo, mediante o reforço exacerbado das particularidades da “periferia”. Para tanto, apresentaremos, ainda que de forma breve, a discussão de Craig Calhoun sobre a idéia de cosmopolitismo, na medida em que, a nosso ver, ela fornece pistas interessantes para a problematização dos essencialismos cosmopolitas e nacionalistas.<sup>6</sup>

De acordo com Calhoun, a idéia de cosmopolitismo está na moda, tendo adquirido nos últimos anos uma enorme força retórica no debate teórico e político. Embora seja uma noção antiga, que remonta a Diógenes de Sinope, ela vivenciou uma série de transformações conceituais ao longo dos séculos, desde os filósofos estoicos de Roma, passando pelos europeus renascentistas e pelos filósofos iluministas, com especial destaque para Kant, até chegar a teóricos contemporâneos, como Habermas e Beck, adquirindo nas últimas décadas uma enorme legitimidade nos debates públicos e no senso comum. Diversas transformações, relacionadas à queda do comunismo e à ampliação das esperanças quanto às possibilidades da configuração de uma nova ordem global – sustentada na idéia de direitos humanos –, aliada ao reconhecimento crescente segundo o qual a humanidade está unida

---

<sup>6</sup> Não nos interessa aqui fazer uma discussão detalhada sobre cosmopolitismo. Para isso, ver, entre outros, tanto os já citados Beck (2006) e Chernilo (2010), quanto Habermas (2001). Buscamos tão somente apresentar de maneira breve os argumentos de Craig Calhoun sobre o cosmopolitismo no sentido de conectá-los com a discussão que estamos propondo entre sociologia pública global, sociologia cosmopolita e sociologia brasileira. Calhoun vem produzindo uma série de artigos sobre o tema. Para uma síntese de seus argumentos, ver: (Calhoun, 2007).

por um mesmo destino e submetida aos mesmos riscos, tornaram, de certa forma, imperativa nos últimos tempos a discussão em torno da idéia de cosmopolitismo.

Apesar das diferenças existentes nas formulações contemporâneas, a definição hegemônica do termo se consolidou em torno da noção segundo a qual ser cosmopolita significaria se comportar “acima” ou “além” das nações, orientado por uma ética universal abstrata, que rejeitaria as culturas nacionais tomadas como necessariamente restritivas e repressoras. No discurso cosmopolita, portanto, a defesa de uma visão mais ampla e abrangente do mundo pressuporia a transcendência da própria idéia de nação, que daria lugar a um compromisso com a humanidade como um todo. Calhoun, contudo, rejeita esta perspectiva. Segundo ele, tal formulação, além de implicar frequentemente na confusão da noção de universalismo cosmopolita com as concepções ocidentais, legitimando toda sorte de imperialismos, acaba por pressupor a idéia segundo a qual o mundo cosmopolita já é uma realidade ou, pelo menos, uma opção *para todos*, ignorando o fato de que ser cosmopolita nos termos propostos é apenas uma possibilidade *para poucos*, mais bem providos de capital material, simbólico e cultural.

Embora ressalte a importância da categoria para se pensar uma ordem democrática, Calhoun preocupa-se em como articular a questão da *nação* às dimensões universalistas do cosmopolitismo. Esta articulação se faz necessária até mesmo porque, segundo o autor, o Estado nacional não perdeu nos dias atuais sua importância nem do ponto de vista analítico – na medida em que continua como uma importante categoria, tanto como ideologia, quanto como modo de organização prática –, nem do ponto de vista normativo, posto que o Estado-nação deve ser revalorizado como espaço de construção do bem comum. Não se trata, é claro, de uma formulação voltada para a obliteração das conexões globais, mas sim de uma aposta no fato de que estas conexões devem estar sustentadas em laços de *solidariedade social*, que são forjados no interior dos próprios países. O que está em jogo para o autor é uma espécie de cosmopolitismo de conexões, a partir do qual os seres humanos se articulam não apenas a partir de uma igualdade abstrata, mas por relacionamentos interpessoais e instituições sociais, criados

no interior dos Estados nacionais, e que permitem o estabelecimento de redes de conexões entre diferentes grupos portadores de tradições locais dinâmicas. As formulações de Calhoun sobre o cosmopolitismo parecem sugerir uma perspectiva interessante para pensarmos as relações entre *sociologia pública global*, *sociologia cosmopolita* e *sociologia brasileira*. Sem rejeitar muitas das idéias e potencialidades contidas na noção de cosmopolitismo – o que o leva a criticar formulações exacerbadamente nacionalistas, que ignoram as relações e políticas transnacionais características da contemporaneidade, bem como muitos dos avanços conquistados com um mundo cada vez mais globalizado –, ele aponta os limites das suas promessas, que geralmente estão ancoradas em um discurso pretensamente universalista e que rejeita a importância das solidariedades nacionais e locais, tomadas como contraditórias a um discurso moderno e democrático. Sua abordagem tem o mérito de trazer uma forte aposta nas conexões cosmopolitas, desde que estas estejam ancoradas na valorização das tradições nacionais – que não são vistas como necessariamente pré-modernas – e desde que se mostrem sensíveis às diferenças materiais e culturais que estão envolvidas nesse processo e que fazem do cosmopolitismo uma ética atraente para alguns, mas não uma boa política para todos.

### **Sociologia pública mundial, sociologia cosmopolita e sociologia brasileira**

Conforme procuramos sustentar na seção anterior, as idéias de Calhoun sobre o cosmopolitismo ajudam-nos a pensar na relação entre sociologia pública global, sociologia cosmopolita e sociologia brasileira, na medida em que elas contribuem para romper essencialismos cosmopolitas e nacionalistas. Por um lado, elas podem servir para corroborar as críticas formuladas pela teoria pós-colonial – e referendadas, ainda que com suas singularidades, por sociólogos brasileiros, como Sergio Costa, Sergio Tavolaro e João Marcelo Ehlert Maia – ao pretenso universalismo da sociologia europeia que, sob o discurso normativo a favor da superação do nacionalismo metodológico, acaba por essencializar *a modernidade* e suas instituições, identificadas com aquelas existentes no mundo europeu, tomado como modelo único e despido de quaisquer contradições. Além de mostrar o quanto esse

discurso cosmopolita pode contribuir para reforçar colonialismos teóricos e metodológicos, elas contribuem para evidenciar as tensões existentes no próprio mundo europeu, no qual também, importa destacar, foram construídas formulações de modernidades alternativas ao *status quo*, não obstante tenham sido na maioria das vezes obscurecidas pelos discursos hegemônicos.

Por outro lado, as formulações de Calhoun sobre o cosmopolitismo contribuem sobremaneira para reforçar a importância da *nação*, em primeiro lugar, como *locus* central para a constituição de laços de solidariedade social e para a construção de instituições fundamentais até mesmo para o estabelecimento de conexões cosmopolitas, e, em segundo lugar, para reforçar a idéia segundo a qual os elementos nacionais não devem ser encarados como necessariamente pré-modernos, na medida em que podem contribuir em diversas ocasiões para a formulação de discursos e práticas modernas.<sup>7</sup> Nesse sentido, tal perspectiva ajuda a encarar as *tradições nacionais* de forma mais generosa, não mais como contraditórias ao cosmopolitismo, mas como portadoras de determinados elementos fundamentais para a própria configuração de uma política cosmopolita.

É importante ressaltar que, ao reforçar também a importância da idéia de cosmopolitismo, Calhoun demonstra a falibilidade de um discurso essencialmente nacionalista, que ignora as formulações européias, encarando-as sempre como movimentos de colonização e dominação. Tal constatação nos permite questionar o radicalismo daqueles que, ao criticarem o colonialismo da sociologia do “centro” sobre a “periferia”, encaram tanto os autores que produziram suas obras na Europa e nos Estados Unidos, quanto os conceitos por eles formulados, como instrumentos do imperialismo sobre os países e as sociologias do

---

7 Sujata Patel (2010), por exemplo, destaca como no caso da Índia e de outros países que foram colônias, o nacionalismo metodológico atuou como um elemento essencialmente moderno, na medida em que permitiu a construção de solidariedades tomando como base um determinado lugar, partir do qual foram criadas diversas diretrizes e formulações “alternativas” capazes de confrontar os discursos coloniais elaborados tanto politicamente, quanto teoricamente.

Sul, enquanto os sociólogos do Sul e suas teorias passam a ser vistos necessariamente como produtores de um discurso *superior*. Ao invés de se buscar complementaridades, o discurso que busca romper com as hierarquias vigentes resvala naquilo que pretendia criticar: a essencialização do *outro*, visto como oponente a ser combatido. A ênfase na necessária “maldade” dos autores e dos conceitos formulados pelo “centro” contra a imperativa “bondade” dos autores e dos conceitos elaborados na “periferia”, que leva determinados críticos pós-coloniais à defesa de um incondicional nacionalismo metodológico, não rompe em absolutamente nada com o essencialismo, mas apenas o desloca de lugar.<sup>8</sup>

As idéias de Calhoun sobre o cosmopolitismo também abrem outros caminhos para se pensar aspectos relevantes na relação entre sociologias nacionais e sociologias globais, relacionados à produção e à circulação do conhecimento sociológico. Conforme destacamos, o autor formula sua crítica ao fato de o cosmopolitismo hoje vigente ser mais um realidade para poucos, portadores dos diversos capitais disponíveis, do que uma efetiva conquista para todos. Esta elaboração permite que pensemos quais são os *aspectos institucionais* do campo sociológico que impossibilitam ou, pelo menos, dificultam a produção e circulação do conhecimento sociológico de maneira mais igualitária. A desigualdade do financiamento das sociologias do “centro” em comparação com as sociologias “periféricas”, assim como a hegemonia do inglês como língua oficial de circulação da produção acadêmica, são alguns dos elementos que não podem ser ignorados quando refletimos sobre o cosmopolitismo no campo sociológico. Iniciativas que busquem

---

<sup>8</sup> Em seu artigo na *Global Dialogue*, Raewyn Connel (2010) flerta com posições deste tipo ao criticar a sociologia cosmopolita proposta por Ulrich Beck. Embora seu texto contenha críticas pertinentes ao cosmopolitismo de Beck, ela força o argumento ao tentar demonstrar, por exemplo, que autores como Bourdieu produziram teorias influentes apenas por serem oriundos de uma metrópole global. Pode-se concordar ou discordar da teoria bourdieusiana, bem como destacar a importância de outros autores tão relevantes quanto ele que produziram suas obras fora da Europa e Estados Unidos e que não receberam a mesma audiência, e pode-se criticar aqueles que aplicam suas idéias à “periferia” sem qualquer filtro. Mas negar-lhe estatuto de universalidade apenas por ter produzido sua obra no “centro” conduz a certo exagero.

democratizar a produção e a circulação do conhecimento sociológico no interior do próprio campo são fundamentais, caso se pretenda construir uma sociologia verdadeiramente cosmopolita.

As propostas para a construção de uma *sociologia pública global*, como advoga Burawoy, ou de uma *sociologia cosmopolita*, como defendida por Beck, portanto, não devem ser descartadas, como pode-se desprender de um discurso radicalmente a favor do nacionalismo metodológico, mas, pelo contrário, devem ser convertidas em objetos de um profundo diálogo público no campo sociológico, que envolva de maneira democrática os segmentos das diversas sociologias nacionais. Variados problemas públicos globais estão colocados na agenda política internacional ou podem ser problematizados na contemporaneidade, cujas soluções exigem um diálogo e uma postura cosmopolita por parte dos sociólogos do “centro” e da “periferia”. Contudo, como bem observado por Calhoun, estas soluções devem levar em conta as *tradições nacionais* e os laços de solidariedade local, inclusive, para evitar o risco de que saídas pretensamente universalistas, formuladas a partir da Europa e dos Estados Unidos, sejam tomadas como as únicas corretas para serem simplesmente aplicadas e reproduzidas nas “periferias”.

As conversas teóricas que sociólogos brasileiros vêm buscando estabelecer com a crítica pós-colonial são os primeiros passos no sentido de abrir novos caminhos para pensarmos nas relações entre sociologia brasileira e a sociologia mundial, de modo a evitar essencialismos nacionalistas e universalistas. Ampliar este debate é a tarefa que se coloca para os próximos anos e a formulação de Craig Calhoun sobre *cosmopolitismo* pode contribuir nesse sentido. Como bem observado por José Maurício Domingues (2007:11), “não se trata de reivindicar uma teoria sociológica autóctone”, até mesmo porque esta se constituiu como “um empreendimento geral, sem fronteiras”, mas sim de recusar “colonialismos intelectuais”. Um *cosmopolitismo de conexões*, capaz de tecer articulações e redes de colaboração intelectual, parece ser uma abertura interessante nesse sentido.

## Referências Bibliográficas

BECK, Ulrich. (2006), *The cosmopolitan vision*. Cambridge; Malden, Polity.

\_\_\_\_\_. (2010), “Kiss the frog: The cosmopolitan turn in Sociology”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 2, November, p.1-2.

BECK, Ulrich & GRANDE, Edgar. (2010), “Varieties of Second Modernity: Extra European and European experiences and perspectives”. *British Journal of Sociology*, Vol. 61, Issue 3, p.409-443.

BURAWOY, Michael. (2004), “For Public Sociology”. *American Sociological Review*, v. 70, Feb., p.4-28.

\_\_\_\_\_. (2010), “Meeting the challenges of Global Sociology”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 1, September, p.1-2.

CALHOUN, Craig. (2007), *Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream*. Rutledge.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1970). “Teoria da Dependência” ou análises concretas de situações de dependência?. 2º SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO PARA EL DESARROLLO (promovido pela FLACSO, sob o patrocínio da UNESCO). Santiago, Chile, 1970.

CHERNILO, Daniel. (2010), *Nacionalismo y cosmopolitismo: ensayos sociológicos*. Santiago, Ed. Universidad Diego Portales.

CLAWSON, Dan *et alii* (ed.). (2007), *Public Sociology: Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-First Century*. Berkeley, University of California Press.

CONNELL, Raewyn. (2010), “How can we weave a world Sociology?”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 2, November, p.1-2.

COSTA, Sergio. (2006), *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo,*

*cosmopolitismo*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. “Teoria por adição”. In: Martins, Heloisa H. T. S. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.25-51.

DOMINGUES, José Maurício. (2007), *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. (2009), *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte, Editora UFMG.

HABERMAS, Jürgen. (2001), *A Constelação Pós-nacional. Ensaios políticos*. São Paulo, Editora Littera Mundi.

JEFFRIES, Vincent (ed.). (2009), *Handbook of Public Sociology*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

LUTZ, Helma. (2011), “From Cosmopolitanism to Public Sociology”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 3, February, p.3-4.

MAIA, João Marcelo Ehlert. (2009), “Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, p.155-168.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. (1995), *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

ORTIZ, Renato. (2000), *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2008), “Ciências Sociais, globalização e paradigmas”. In: Wai-zbort, Leopoldo (org.), *Ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn*. Rio de Janeiro, Beco do Azogue, p.337-363.

PATEL, Sujata. (2011), “An international Sociology with diverse

epistemes”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 4, February, p.12-13.

SOUZA, Jessé. (2000), *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.

TAVOLARO, Sergio. (2005), “Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, p. 5-22.

TAVOLARO, Sergio & TAVOLARO, Lília G. M. (2010), “A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da ‘tese de excepcionalidade brasileira’”. *Sociedade e Estado*, v. 25, p. 331-368.

WRIGHT, Eric Olin. (2011), “Real utopias for a Global Sociology”. *Global Dialogue. Newsletter*. International Sociological Association. Vol. 1, Issue 5, February, p.3-4.

Data de recebimento: 18/08/2011

Data de aprovação: 06/11/2011